

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL - UEMS

PRÓ-REITORIA DE ENSINO - PROE

UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE DOURADOS

CURSO DE PEDAGOGIA - LICENCIATURA

**AUTISMO E ESCOLA: PERSPECTIVAS DE PAIS E PROFESSORES/AS SOBRE A
INCLUSÃO NOS ANOS INICIAIS**

ANA PAULA VENTURA DA SILVA

DOURADOS- MS

2016

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL – UEMS

PRÓ-REITORIA DE ENSINO – PROE

UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE DOURADOS

CURSO DE PEDAGOGIA – LICENCIATURA

**AUTISMO E ESCOLA: PERSPECTIVAS DE PAIS E PROFESSORES/AS SOBRE A
INCLUSÃO NOS ANOS INICIAIS**

ANA PAULA VENTURA DA SILVA

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, em forma de artigo apresentado à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, como requisito para a obtenção do grau de licenciada em Pedagogia, tendo como orientadora a Prof.^a Dr.^a Maria José de Jesus Alves Cordeiro.

DOURADOS- MS

2016

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da UEMS.

S578a Silva, Ana Paula Ventura da
Autismo e escola: perspectivas de pais e professores/a sobre a inclusão nos anos iniciais/ Ana Paula Ventura da Silva.
Dourados, MS: UEMS, 2016.
23p. ; 30cm.

Artigo (Graduação) – Pedagogia – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2016.
Orientadora: Profa. Dra. Maria José de Jesus Alves Cordeiro.

1. Transtorno do espectro autista. 2. Inclusão escolar
3. Família. Título.

CDD 23.ed. 371.9

FICHA DE APROVAÇÃO

Acadêmica: ANA PAULA VENTURA DA SILVA

Título do trabalho: Autismo e escola: Perspectivas de pais e professores/as sobre a inclusão nos anos iniciais.

Este trabalho de Conclusão de Curso – TCC do curso de licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, foi submetido à Banca Examinadora, como requisito obrigatório, para obtenção do grau de licenciada em Pedagogia, tendo sido:

_____.

Dourados- MS, ___ de _____ de _____.

Prof.^a Dr.^a: Maria José de Jesus Alves Cordeiro - UEMS

Orientadora- Presidente da Banca

Prof.^a Dr.^a: Amélia Leite de Almeida - UFSC/ UNIGRAN

Membro da Banca

Prof.^a MSC: Márcia Bueno Gomes - UEMS

Membro da Banca

AUTISMO E ESCOLA: PERSPECTIVAS DE PAIS E PROFESSORES/AS SOBRE A INCLUSÃO NOS ANOS INICIAIS

Ana Paula Ventura da Silva¹

Maria José de Jesus Alves Cordeiro²

Resumo

Este trabalho investiga a inclusão escolar de uma criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nos anos iniciais. O objetivo é analisar a qualidade da inclusão do aluno com autismo em uma escola regular do município de Dourados MS, a partir das perspectivas de pais e professores/as. A pesquisa tem caráter qualitativo, do tipo estudo de caso, formato que possibilita uma melhor compreensão da realidade escolar e familiar do aluno. Participaram deste estudo a mãe do aluno com TEA, uma professora da sala comum dos anos iniciais do ensino fundamental, na qual a criança está incluída, e uma professora da sala de recursos multifuncionais. Os dados foram coletados de forma descritiva a partir de registros das entrevistas semiestruturadas, gravadas em áudio. Os resultados mostram que as estratégias utilizadas pelas professoras favoreceram a inclusão e o desenvolvimento desse aluno. Não foram identificadas barreiras que impeçam a participação e a aprendizagem, ou se constituam como desafios ao processo inclusivo. Sugere-se que a inclusão seja investigada de modo mais amplo, considerando, além da presença do aluno na escola, a forma como ele participa, como é aceito, como aprende e é percebido no contexto inclusivo.

Palavras chave: Transtorno do Espectro Autista. Inclusão Escolar. Família.

1 INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema “Autismo e escola”, discutindo as perspectivas de pais e professores sobre a inclusão, surgiu após estudos realizados na disciplina “Tópicos em Educação Especial” realizados durante o 3º ano do curso de Pedagogia, despertando grande interesse e questionamentos sobre essa temática. Além disso, esse interesse foi reforçado pela experiência como bolsista do PIBID (Programa de Iniciação à Docência), em uma escola

¹Estudante do curso de Pedagogia da UEMS, Unidade de Dourados; E-mail: venturaanapaula@hotmail.com.

²Professora Orientadora. Doutora em Educação, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Docente no curso de Pedagogia, no Programa de Pós-Graduação em Educação- PGEDU e Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional - Ensino em Saúde (PPGES), da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Gênero, Raça e Etnia (GEPEGRE/CNPq/UEMS). Coordenadora do Centro de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação, Gênero, Raça e Etnia (CEPEGRE/UEMS); e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Políticas de Educação Superior/Mariluce Bittar (GEPPES/MB). Bolsista PNPd/CAPES no Curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil. E-mail: maju@uems.br

municipal da cidade de Dourados, onde há várias crianças com deficiências, inclusas e, dentre essas, crianças com autismo.

Esta pesquisa teve como finalidade investigar as perspectivas que pais e professores/as de uma criança com autismo têm em relação à inclusão do estudante na sala comum e ao atendimento na sala de recursos multifuncionais, dentro de uma escola municipal da cidade de Dourados no estado de Mato Grosso do Sul, visando conhecer e compreender como se dá a inserção da criança na escola, e como os pais e professores/as veem o rendimento dessa criança nesse processo de inclusão.

O presente trabalho foi desenvolvido numa abordagem qualitativa de pesquisa, definida como estudo de caso, considerando que esta abordagem proporciona resultados significativos na área educacional, no sentido de oportunizar ao/à pesquisador/a uma visão mais ampla do cotidiano escolar, além de produzir conhecimentos e contribuir para a transformação da realidade estudada. Segundo Ludke & André (1986, p.11), “a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento (...)”.

Para a coleta de dados foi utilizada a entrevista semiestruturada, que possibilitou colher informações para descrever e averiguar quais são as perspectivas sobre a inclusão dessa criança com autismo em uma sala comum do ensino regular. Demo (1995) define a entrevista semiestruturada como a atividade científica que permite ao pesquisador descobrir a realidade.

Foram analisados os dados coletados nas entrevistas semiestruturadas realizadas em 2016, que teve como sujeitos: uma mãe, as professoras, a regente e a professora da Sala de Recursos Multifuncionais, AEE (Atendimento Educacional Especializado).

Desta forma, buscou-se por meio deste trabalho contribuir com a construção de outro olhar sobre a escolarização e a inclusão dessas crianças em uma escola comum, e suas possibilidades educacionais. Para isso, utilizou-se e investigou-se construções teóricas e metodológicas que abordam a inclusão e o autismo, considerando autores tais como: Grandin & Scariano (1999), Lampreia (2003), Gomes (2007), Gauderer (1997) e outros. Essa base teórica está articulada com orientações explicitadas em vários documentos, tais como: Lei de Diretrizes e Bases Nacional - LDB 9394/96, Declaração de Salamanca, Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, dentre outros.

Para que haja efetivamente a inclusão de alunos/as com autismo nas escolas comum de ensino é necessário que ocorram mudanças e adaptações e/ou adequações para

atender a eles e a suas famílias, com apoio profissional e material didático e pedagógico, garantindo, assim, seu desenvolvimento.

2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE ALUNOS COM AUTISMO

2.1 Dos aspectos legais

A Educação Inclusiva ganhou força no Brasil a partir da aprovação da Constituição Federal, em 1988, e da Lei de Diretrizes e Bases Nacional – LDB 9394/96, que propõem avanços significativos para a educação escolar elegendo a cidadania e a dignidade da pessoa humana como princípios fundamentais da educação nacional.

No Art. 205, da Constituição Federal, está disposto que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania, e sua qualificação para o trabalho. O Art. 205 ainda define os objetivos da educação nacional. Desta forma, cabe ao Estado a garantia do cumprimento da lei em todo território brasileiro.

Além da Constituição Federal, há vários documentos que garantem o direito à educação inclusiva no Brasil e no Mundo. Um deles é a Declaração de Salamanca (1994), que ressalta:

Cada criança tem o direito fundamental à educação e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter um nível adequado de aprendizagem. [...] as crianças e jovens com necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas devem se adequar através duma Pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro destas necessidades. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

Dessa forma, as políticas educacionais deverão levar em conta as diferenças individuais e as especificidades dos alunos, ou seja, a escola deve se adequar e se preparar para que haja a inclusão, pois é de suma importância a exploração de um espaço adequado para o contato entre crianças com deficiência e as demais crianças.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/96 - em seu Art. 60, parágrafo único, dispõe que “O Poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas nesse artigo”. Ou seja, cabe aos órgãos responsáveis oferecer suporte às escolas de ensino regular, e a essas,

assegurar aos alunos com deficiência, nos currículos, uma organização específica para atender suas necessidades. Assim, todos os alunos devem frequentar a sala de aula regular, sem exceções ou condições.

Acompanhando o processo de mudanças, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº2/2001, no artigo 2º, determina que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001, p.8).

Na perspectiva de uma educação inclusiva, as Diretrizes ampliam o caráter da educação especial para realizar o Atendimento Educacional Especializado- AEE, contribuindo com a formação continuada e especializada de professores/as para que possam assegurar uma metodologia diferenciada, possibilitando a aprendizagem de alunos/as, respeitando suas especificidades. Assim sendo, não é o/a aluno/a que deve se adaptar à escola, mas é esta que deve colocar-se à disposição do/a aluno/a tornando-se um espaço inclusivo.

Contribuindo com o direito ao acesso e a permanência de todos na escola, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei 8069/90) - evidencia a educação como um direito humano inalienável, que proporciona aos cidadãos e cidadãs o conhecimento necessário para viver com dignidade. Porém, esses aspectos somente têm validade se o/a aluno/a de fato se sentir acolhido/a pela comunidade escolar e obter êxito em sua trajetória acadêmica.

Ainda, de acordo com Lei nº12.764, de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), esses direitos em relação à educação são reafirmados e determinam-se as diretrizes para orientar o atendimento, acesso, incentivo à formação e, até mesmo, a inserção no mercado de trabalho.

Considerando as políticas educacionais inclusivas, o/a aluno/a deve ser cada vez mais atendido/a em suas necessidades e potencialidades, cabendo à escola definir no seu Projeto Político Pedagógico - PPP - o compromisso com uma educação de qualidade para todos/as os/as alunos/as.

Portanto, cabe aos profissionais da educação, órgãos públicos e familiares, trabalhar em conjunto, para que de fato aconteça uma educação inclusiva e, não uma mera integração.

2.2 Autismo: aspectos históricos e conceito

A palavra autismo é oriunda da junção de duas palavras gregas “*autos*”, que significa “em si mesmo”, e “*ismo*”, que significa “voltado para”, ou seja, o termo *autismo*, originalmente, significava “voltado para si mesmo” (LIRA, 2004; GOMES, 2007).

Historicamente, em 1906, o médico Plouller (apud GAUDERER, 1997) introduziu o adjetivo autista na literatura psiquiátrica. Depois, em 1911, o psiquiatra Eugen Bleuler, usou o termo autista para descrever um dos sintomas de esquizofrenia: perda de contato com a realidade e o isolamento exacerbado por parte dos indivíduos. (LIRA, 2004; GOMES, 2007; MARTINS, 2007). Eugen Bleuler (1911) foi o primeiro a difundir o termo autismo definindo-o como perda de contato com a realidade causada pela impossibilidade que o indivíduo tem na comunicação interpessoal, ou seja, com pessoas e também com o mundo externo. Mas as primeiras descrições sobre o autismo, tal como é visto hoje, surgiram no ano de 1943 através de estudos e publicações de Leo Kanner. Segundo Gauderer (1997), os indivíduos com autismo podem apresentar:

Relacionamentos interpessoais comprometidos; Atraso significativo ou ausência da linguagem verbal, mímica e gestual; Comportamentos repetitivos e estereotipados; Interesses restritos; Riso comprometido; Pouco ou nenhum contato visual; Aparente insensibilidade à dor; Preferência pela solidão; Modos arredios; Rotação de objetos; Inapropriada fixação em objetos; Perceptível hiperatividade ou extrema inatividade; Ausência de resposta aos métodos normais de ensino; Insistência em repetição; Resistência à mudança de rotina; Não tem real medo do perigo (consciência de situações que envolvam perigo); Procedimento com poses bizarras (fixar objeto ficando de cócoras; Colocar-se de pé numa perna só; Impedir a passagem por uma porta, somente liberando-a após tocar de uma determinada maneira os alicerces); Ecolalia (repete palavras ou frases em lugar de linguagem normal); Age como se estivesse surdo; Dificuldade em expressar necessidades – usa gesticular e apontar no lugar de palavras; Acesso de raiva- demonstra extrema aflição sem razão aparente. (GAUDERER, 1997, p.18)

Observa-se que nem todas as pessoas com autismo apresentam todos esses sintomas, que geralmente manifestos nos três primeiros anos de vida, com prevalência entre meninos, numa proporção de uma menina para quatro meninos, e que podem variar em intensidade de sintoma de leve a grave.

O autismo é classificado como um transtorno de desenvolvimento, definido como o comprometimento de evolução, cujas áreas afetadas são: interação social, comunicação, comportamento restrito e repetitivo.

As principais características relacionadas ao autismo são: retardo mental, epilepsia, paralisia cerebral, transtornos de linguagem, hiperatividade, transtornos obsessivo-compulsivos, tiques, transtornos de humor e de ansiedade. Camargo (2002) relata ainda que as características centrais do autismo constituem-se de alterações qualitativas da imaginação, socialização e comunicação, podendo ter ou não comprometimento da fala.

As autoras Grandin e Scariano (1999) descrevem algumas características do autismo:

O autismo é distúrbio do desenvolvimento. Uma deficiência nos sistemas que processam a informação sensorial recebida fazendo a criança reagir a alguns estímulos de maneira excessiva, enquanto a outros reage debilmente. Muitas vezes, a criança se “ausenta” do ambiente que a cerca e das pessoas circunstantes a fim de bloquear os estímulos externos que lhe parecem avassaladores. O autismo é uma anomalia da infância que isola a criança de relações interpessoais. Ela deixa de explorar o mundo a sua volta, permanecendo em vez disso em seu universo interior. (GRANDIN e SCARIANO, 1999, p.18)

Na verdade, quando uma criança autista se isola do mundo externo, ocorre, de acordo com Grandin & Scariano (1999), uma fuga para filtrar os estímulos externos, pois, caso contrário, o excesso de estímulos simultâneos causa nos autistas ataques de nervos, gritos e outros comportamentos inadequados.

Segundo as autoras, as causas para o autismo ainda são desconhecidas apesar de haver vários estudos e pesquisas na busca delas, e seu diagnóstico pode ser identificado através de sintomas e características que surgem ao longo do tempo com o acompanhamento psicológico e psiquiátrico.

Com maiores conhecimentos e estudos sobre esse transtorno, foram surgindo várias definições e trabalhos acerca do autismo por parte de diversos autores. Nesse sentido, o termo autista sofreu várias modificações ao longo do tempo. De acordo com Lampreia (2003, p.58):

[...] O termo autismo surgiu oficialmente pela primeira vez na CID 9 (Classificação Internacional de Doenças), em 1975, e foi categorizado como uma psicose da infância. Até então, o DSM I e o DSMII, respectivamente em 1952 e 1968, se referiam apenas à esquizofrenia de tipo infantil. Foi Rutter (1978) que, através de uma vasta revisão da literatura, propôs que o autismo fosse concebido como um transtorno do desenvolvimento e diagnosticado através da tríade de prejuízos que prevalece até os dias atuais – interação social, comunicação, padrões restritos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades.

Dessa forma, os conceitos de autismo e psicose na infância foram reelaborados e modificados continuamente por diferentes autores/as. Atualmente o autismo é classificado pelo DSM IV (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais) como Transtorno Invasivo do Desenvolvimento (TID) e, na CID 10, como Transtorno Global do Desenvolvimento -TGD.

A CID 10 - Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com Saúde (conhecida também como Classificação Internacional de Doenças) - foi aprovada em uma Conferência Internacional convocada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), realizada em Genebra no ano de 1989, em vigor desde janeiro de 1993. Já o DSM IV foi publicado no ano de 1994 e elaborado por psiquiatras da Associação de Psiquiatria Norte-Americana. Conforme especifica a CID 10, o autismo pertence ao grupo denominado TGD, sendo classificado como:

Um desenvolvimento anormal ou alterado, manifestado antes da idade de três anos, e apresentando uma perturbação característica do funcionamento em cada um dos três domínios seguintes: interações sociais, comunicação, comportamento focalizado e repetitivo. Além disso, o transtorno se acompanha comumente de numerosas outras manifestações inespecíficas, por exemplo, fobias, perturbações de sono ou da alimentação, crises de birra ou agressividade (autoagressividade). (OMS, 1993, p. 367 apud SUPLINO, 2007, p.28).

Nesse manual, o autismo é então colocado como uma perturbação no trio interação social, comportamento e comunicação. Já de acordo com o DSM-IV, o autismo está inserido no grupo denominado TID e, além da perturbação citada anteriormente, é apresentado por meio das seguintes características:

[...] a presença de um desenvolvimento acentuadamente anormal ou prejudicado na interação social e comunicação e um repertório marcadamente restrito de atividades e interesses. As manifestações do transtorno variam imensamente, dependendo do nível de desenvolvimento e idade cronológica do indivíduo. [...] O prejuízo na interação social recíproca é amplo e persistente [...] Uma falta de reciprocidade social ou emocional pode estar presente (por ex., não participa ativamente de jogos ou brincadeiras sociais simples, preferindo atividades solitárias, ou envolve os outros em atividades apenas como instrumentos ou auxílios "mecânicos").

Como se pode notar, ambos os manuais descrevem o autismo como uma alteração no trio interação social, comunicação e comportamentos repetitivos. A CID 10 e o DSM IV mantêm a diferenciação em relação à psicose e doença mental que, no passado, trouxeram grandes confusões no diagnóstico do autismo, e ambos consideram o autismo, de modo geral,

como uma alteração no desenvolvimento da criança, por mais que em um apareça o termo ‘invasivo’ e, no outro, ‘global’.

O termo ‘invasivo’, usado pelo DSM-IV na classificação do autismo como um Transtorno Invasivo do Desenvolvimento, foi substituído por ‘global’ em 2002. Portanto, nos anos posteriores, o autismo passou a ser classificado neste manual, também dentro da categoria de Transtorno Global do Desenvolvimento (GOMES, 2007; LOPES- HERRERA, 2004).

Segundo Vasques e Baptista (2009), há diferentes termos com o objetivo de definir esses distúrbios:

Os transtornos Globais do Desenvolvimento têm como termos: Distúrbios Globais do Desenvolvimento (DSM-III-R, 1989), Transtornos Invasivos do Desenvolvimento (DSM-IV, 1994), Transtornos Abrangentes do Desenvolvimento (CID-10, 1993). No Brasil, por uma questão de tradução, utiliza-se o termo Transtornos Invasivos do Desenvolvimento (DSM-IV), com critérios diagnósticos do CID-10. (VASQUES; BAPTISTA, 2009, p.9).

No entanto, Camargo (2002) relata que ambos os termos apresentam os mesmos critérios para o transtorno autístico, ou seja, comprometimento nas áreas de comunicação, interação interpessoal e interesses em atividades restritas, estereotipadas e repetitivas. Além desses critérios, uma criança com autismo não direciona o olhar, resiste à mudança, não demonstra medo de perigo, pode desenvolver ecolalia imediata ou tardia, se apega a certos objetos, usa as pessoas como ferramenta, etc. Vale ressaltar que esses sintomas variam de acordo com o grau de comprometimento de cada criança e podem até não ocorrer ou pelo menos não ser simultâneos na mesma idade.

O autismo não tem cura, mas ocorre melhora significativa com o tratamento, sendo que, quanto mais rápido for dado o diagnóstico, mais rápido será o início do processo de tratamento e, conseqüentemente, a melhora da pessoa autista.

Por não ser único ou específico, o tratamento do autismo pode ser realizado por meio da:

Estimulação sensorial, modificação do comportamento, educação, tratamento à base de medicação, dietas, suplementos alimentares. Tudo isso já foi tentado, e cada uma dessas terapias obteve sua medida de sucesso. Certos autistas parecem responder bem a um determinado tratamento; outros, a outros. E alguns autistas requerem a internação por toda a vida, devido à falta de percepção do mundo exterior ou à violência do comportamento (GRANDIN; SCARIANO, 1999, p.20).

Mas, para Revière (2005), citado por Giardinetto (2009, p.22), “o tratamento mais efetivo com crianças com autismo é a educação”, o que é uma explicação plausível para o fato da crescente busca pela inclusão de crianças com deficiência nas escolas brasileiras.

Da mesma forma que as características de um autista podem diferir das características de outro autista, o tratamento utilizado com um pode não ajudar o outro. Por isso, cada caso deve ser analisado individualmente e conduzido ao tratamento mais adequado. A mesma premissa deve ser usada no que concerne às metodologias de ensino/aprendizagem aplicadas em sala de aula.

3 AUTISMO E ESCOLA: PERSPECTIVAS DE PAIS E PROFESSORES SOBRE A INCLUSÃO NOS ANOS INICIAIS

Para realizar um trabalho sistematizado e o mais próximo possível da realidade educacional do aluno autista - público alvo dessa pesquisa - foram feitas análises das entrevistas realizadas com todas as envolvidas (mãe do aluno (Mãe), professora regente (P1), e a professora da sala de recursos multifuncionais (P2), que a partir desse momento serão chamadas pelas siglas para preservar suas identidades. Dessa forma, procuramos descobrir quais são as perspectivas delas sobre a inclusão do aluno - foco da pesquisa - na sala de aula comum e no atendimento AEE, e o que tem sido feito para atender e garantir o desenvolvimento do aluno com autismo, respeitando suas especificidades. Para isso realizaram-se entrevistas gravadas e após transcrição e análise dos conteúdos, construiu-se o texto que segue.

3.1 Entrevista com a mãe do aluno com autismo

Para melhor entendimento e compreensão da vida desse aluno com autismo fez-se um breve histórico a partir da fala da mãe, do nascimento até o ano de 2016, no que se refere à descoberta da síndrome, o diagnóstico médico, o tratamento e o ingresso na escola.

Segundo a mãe, a gravidez e o nascimento do filho em 2004 foram normais, mas, a partir dos dois anos, ela foi orientada pela diretora do CEIM (Centro de Educação Infantil Municipal) em que o filho ficava a procurar um médico, pois percebeu-se que algo não estava “normal”, já que a criança não estava se desenvolvendo como as outras e *“por ele tá começando a andar já com dois anos e pouco. Né?”* (Mãe).

A mãe relata também que até aquele momento “*Sei lá... Não queria ver. Né? Sei lá. Né?*”. Então, começaram as buscas por médicos, exames e tratamentos. Depois de uma longa caminhada, em 2006, o primeiro diagnóstico apontou que o aluno tinha uma deficiência mental leve (F70³).

No ano de 2010, o aluno, já com 6 anos, frequentava a escola regular. Essa instituição, a partir das observações feitas durante um determinado período letivo, fez um relatório no ano de 2012 sobre o comportamento do aluno e, conforme a fala da mãe: “*explicou pra mim, né? Que ele tinha os sintomas de autismo, né? E falou pra mim ir no doutor*”. A escola, logo após falar com a mãe, deu-lhe o relatório para que fosse entregue ao médico. Santos (2008) afirma que a escola tem um papel importante na investigação diagnóstica, uma vez que é o primeiro espaço de interação social da criança separada de seus familiares. É o local onde a criança vai experimentar maior dificuldade para se adaptar às regras sociais, o que é muito difícil para um autista.

A mãe nos revelou que até aquele momento não sabia o que era o autismo, e foi por meio das observações feitas pela escola que o médico pode dar um diagnóstico mais preciso o F84⁴. O médico prescreveu NEULEPTIL 1%⁵, medicamento que o aluno toma até hoje. Para Camargo (2002) um fator de extrema importância é a conscientização da família de que essas crianças necessitam de “cuidados” especiais.

Em 2012, o diagnóstico de que ele tinha autismo foi confirmado e, com o laudo médico em mãos, o filho passou a ter maior suporte na escola, como a presença de profissional de apoio na sala de aula e o direito a frequentar a sala de recursos multifuncionais, o que é garantido até os dias atuais. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/96, em seu artigo 59, inciso III, dispõe sobre o direito dos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação garantindo-lhes “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino comum capacitados para a

³ De acordo com o CID-10 (Classificação Estatística Internacional de Doenças), F-70 refere-se a Retardo Mental (CID-10, 1993).

⁴ De acordo com o CID-10 (Classificação Estatística Internacional de Doenças), F-84 refere-se aos transtornos globais do desenvolvimento – TGD, que é usada para referenciar crianças e adolescentes também identificadas com autismo ou psicose infantil, que apresentam alterações qualitativas nas interações sociais recíprocas, nas modalidades de comunicação e um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo (CID-10, 1993).

⁵ Neuleptil 1% é indicado no tratamento de distúrbios do caráter e do comportamento, revelando-se particularmente eficaz no tratamento dos distúrbios caracterizados por autismo, negativismo, desinteresse, indiferença, bradipsiquismo, apragmatismo, suscetibilidade, impulsividade, oposição, hostilidade, irritabilidade, agressividade, reações de frustração, hiperemotividade, egocentrismo, instabilidade psicomotora e afetiva e desajustamentos. (Bula do remédio).

integração desses educandos nas classes comuns.” Cabe à escola organizar seu currículo para atender o/a aluno/a autista.

Foi perguntado à mãe como ela avaliava a inclusão do filho na sala comum e no atendimento da sala de recursos multifuncionais. Segundo seus relatos, em ambas as salas o filho aprendeu muito, embora no começo tenha apresentado dificuldades para se acostumar na sala de aula por ser muito nervoso. Com o passar do tempo, conseguiu se acostumar com a rotina escolar. Hoje, considera que o filho evoluiu muito e fala com entusiasmo; *“já é independente, ele já faz coisas igual a uma criança normal; é pouca coisa que ele não sabe fazer. Né?”*. Ela acredita que o trabalho da escola contribuiu significativamente para o desenvolvimento do filho, tanto na sala comum quanto na sala de recursos multifuncionais.

Segundo Gauderer (1987), as crianças com autismo, em geral, apresentam dificuldade em aprender a utilizar corretamente as palavras, porém quando participam de um programa intenso de aulas, podem ocorrer mudanças positivas nas habilidades de linguagem, motoras, interação social e aprendizagem. A escola representa papel muito importante na elaboração de estratégias para que esses alunos e alunas desenvolvam capacidades de inclusão e interação com outras crianças, com ou sem deficiências.

No tocante as suas perspectivas sobre o desenvolvimento da criança, a mãe revelou acreditar que o filho possa realmente aprender a ler e a escrever *“e vai ter todo meu apoio nem que depois de já de idade, já não interessa, ele vai ter meu apoio. Vou sempre levar ele pra escola”*, *“meu sonho é ver meu filho escrevendo, lendo”*. Ela destaca também a importância dos jogos de memória realizados na sala de aula para a interação do filho com as outras crianças

Perguntou-se à mãe o que ela poderia fazer para ajudar o filho e as professoras que o atendem nesse processo de aprendizagem. Ela salientou a importância da interação entre escola e família, bem como a troca de informações entre os envolvidos no processo ensino/aprendizagem; falou, também, sobre o desenvolvimento e comportamento do aluno em casa e na escola, pois isso é algo que incentiva as professoras a buscarem melhores meios de ensinar seu filho e as demais crianças com deficiência.

A mãe finalizou sua participação nesse trabalho acadêmico agradecendo as instituições de ensino onde seu filho estuda e já estudou. Acredita que o desenvolvimento dele foi muito grande devido ao empenho e à paciência demonstrados pelas professoras nesse processo de ensino e aprendizagem. Ela agradece, também, por todas as “broncas” recebidas, *“mãe tem que fazer isso, né? Tudo aquilo eu agradeço, porque se não fosse eles, meu filho não tava hoje como ele ta, né?”*. De acordo com Santos (2008, p.29):

[...] Apesar de todo sofrimento emocional, os pais devem encarar e enfrentar o problema como ele é. Devem buscar ajuda profissional especializada, competente, atualizada e séria, além de se informar a respeito, lendo livros, fazendo cursos e trocando informações. O que está em jogo é o tratamento e o futuro de seu filho. Devem, ainda, procurar contato com outros pais para troca de experiências e vivências e, com isso, evitar a repetição de dificuldades, erros ou problemas. As associações como clubes esportivos, religiões, partidos políticos e associações de bairros, são um segmento da sociedade que cresce cada vez mais em busca de espaço para crianças autistas, seus direitos, sua dignidade e sua cidadania.

Percebeu-se, segundo o relato da mãe, ganhos no comportamento e no relacionamento, nas habilidades motoras e na fala da criança após seu ingresso e inclusão na escola.

Durante a entrevista, a mãe não pontuou nenhum dado desfavorável quanto à inclusão de seu filho na sala comum de ensino.

3.2 Entrevista com a professora Regente: P1

A professora entrevistada é formada em Pedagogia, tem especialização em séries iniciais e ministra aulas na turma do 3º ano em 2016. Indagada sobre quanto tempo tem de experiência com crianças com deficiência, ela revelou que, desde quando começou a dar aulas, há 25 anos, em todos os anos têm um ou dois alunos/as com deficiência em sua sala. Sobre a inclusão dessas crianças na escola, a P1 (professora regente) considera adequada porque na atualidade *“temos todo recurso necessário”*, referindo-se ao profissional de apoio. Acredita que esses alunos/as estão tendo toda assistência e considera satisfatória essa inclusão. Em relação à sala de recursos multifuncionais, a P1 confia no trabalho desenvolvido pela P2, pois *“É de responsabilidade do professor a atenção especial e a sensibilidade dos alunos envolvidos para saberem quem são e como se comportam esses alunos autistas”* (SANTOS, 2008, p.30).

Questionada sobre as perspectivas como professora da sala comum em relação ao desenvolvimento do aluno com autismo, a P1 fala sobre a necessidade dos/das professores/as em trabalhar para que essas crianças sejam aceitas na sociedade, e acredita que o aluno com autismo em questão evoluiu muito, principalmente na interação social, na fala e na coordenação motora. A P1 pensa que ele venha a ler e a escrever, mas no tempo dele, e relata: *“ele já conhece todas as vogais”*. De acordo com Santos (2008, p.30) *“O nível de desenvolvimento da aprendizagem do autista geralmente é lento e gradativo, portanto caberá ao professor adequar o seu sistema de comunicação a cada aluno”*.

A P1 fala da importância da participação dos pais nesse processo de ensino/aprendizagem, e que eles devem sempre acreditar no potencial do aluno com autismo, pois geralmente os pais chegam desanimados falando: *“Ai. Meu filho não sabe nada mesmo.”* Ela falou da importância de trabalhar a autoestima dos pais com relação aos filhos. Foi isso que a P1 fez com a mãe do aluno com autismo - foco dessa pesquisa. Mostrou-lhe os progressos do filho e incentivou-a a acreditar no potencial dele.

Sobre o trabalho com crianças com deficiências nessa escola, a P1 relatou que nunca viu a escola, desde que começou a trabalhar ali, negar matrícula a nenhum aluno ou aluna com deficiência. É um ponto muito positivo para a instituição, pois possibilita a inclusão dos/as alunos/as com deficiência na escola regular.

Sobre a Secretaria Municipal de Educação (SEMED), a P1 acredita que essa tem desenvolvido um trabalho bom e deseja que nunca pare de investir nessa área.

3.3 Entrevista com a professora Sala de Recursos Multifuncionais: P2

Essa professora tem formação em Educação Física, é especialista em Educação Especial e trabalha como professora da sala de recursos multifuncionais há três anos e meio.

Sobre a inclusão de alunos com autismo nas salas comuns, ela considera ser um direito de toda criança com deficiência, e não poderia ser diferente com o autista, já que no contato desses alunos e alunas com crianças *“que não sejam iguais a eles, eles vão aprender e vão melhorar bastante”*. Afirmo ser ótima a inclusão nas escolas regulares. Nesse sentido, a inclusão escolar pode propiciar a essas crianças oportunidades de convivência com outras da mesma faixa etária, podendo constituir-se como um importante instrumento de desenvolvimento e aprendizagem (CAMARGO, BOSA, 2009).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, em seu artigo 59, conforme já citado, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades. Esse compromisso é reforçado pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, que indica *“o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, nas escolas regulares”* (BRASIL, 2008).

Quanto às perspectivas sobre o desenvolvimento do aluno com autismo, a P2 descreve como as melhores possíveis, visto que nos três anos que atendeu o aluno, percebeu avanços significativos no desenvolvimento dele. O aluno demonstra potencial em aprender

como outras crianças e, desde que se faça um trabalho pedagógico específico, ele poderá aprender a ler e a escrever. Para isso, o interesse pela aprendizagem precisa ser um objetivo tanto da professora da sala comum como da professora do AEE.

É preciso considerar que as necessidades decorrentes do TEA, no cotidiano escolar, demandam estratégias pedagógicas articuladas com a experiência diária para promover o aprendizado, que possa ser expandido pelo aluno para outros ambientes sociais e de intervenção (BELISÁRIO; CUNHA, 2010).

A P2 destacou também a importância do envolvimento e acompanhamento dos pais na vida escolar de cada criança. Perguntada se tinha críticas ou sugestões ligadas ao trabalho desenvolvido com as crianças com deficiência nessa escola, respondeu não ter críticas a fazer, mas pensa que a escola tem muito a avançar, apesar de a inclusão ter evoluído bastante, não apenas com os casos de autismo, mas em relação a todas as deficiências. Segundo a P2, o trabalho é desenvolvido em conjunto com a professora regente da sala comum e com a profissional de apoio, com trocas de experiências e buscas de melhorias no aprendizado do aluno com autismo. Nesse sentido, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva afirma que:

O atendimento educacional especializado disponibiliza programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação, ajudas técnicas e tecnologia assistida, dentre outros. Ao longo de todo processo de escolarização, esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum. (BRASIL, 2008).

Em relação à Secretaria Municipal de Educação de Dourados (SEMED), a P2 não apresenta críticas, já que são muito ativos nessa questão, principalmente no que se refere ao autismo, *“Tanto é que o autista ele tem direito a um professor, enquanto as outras deficiências é ele não tem direito. Né? Tem direito a um estagiário, uma pessoa que... digamos um pedagogo que não é formado ainda, e já o autismo, pelo menos isso na lei, e a secretaria faz cumprir tudo certinho”*, e finaliza sua participação nessa pesquisa concluindo que, em relação à SEMED, não tem críticas a fazer.

O Estado de Mato Grosso do Sul conta com a Deliberação CEE/MS nº9367/2010, que *“Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado - AEE - na educação básica, modalidade educação especial”*, a qual delibera, no Art. 2º:

O AEE é parte integrante do processo educacional e tem como função complementar ou suplementar a formação do educando por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena

participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem. (Mato Grosso do Sul, 2010, p.01).

Diante das análises realizadas até então, pudemos verificar que a criança com autismo - foco desse trabalho - tem demonstrado avanços significativos quanto a relacionamento, tanto na vida escolar quanto em casa, com familiares. Hoje, ele já fala e interage com todos. O trabalho das professoras em desenvolver um atendimento de qualidade para o aluno demonstra resultados positivos, e com isso as perspectivas das professoras e da mãe do aluno são as melhores possíveis, ou seja, de que ele possa aprender muito mais e realizar os atos de ler e escrever. Gauderer (1997) relata que quando há uma prática pedagógica eficaz e apropriada às deficiências do aluno, a sua evolução é certa, o que se torna possível com um planejamento pedagógico adequado e articulado entre as docentes.

A mãe do aluno com autismo relatou que o filho, de fato, se sente incluído no ambiente escolar e acredita que ele se desenvolverá muito mais. Desse modo, considerou-se também o papel da família como fundamental na evolução da criança e no processo de inclusão que essa escola tem propiciado, demonstrando compromisso com as políticas públicas de inclusão e com os direitos da pessoa com deficiência.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação tem um papel importantíssimo no desenvolvimento de toda criança, e as atividades educativas têm por objetivos gerais: proporcionar o desenvolvimento máximo de habilidades e competências; garantir um equilíbrio pessoal; estabelecer relações significativas e até mesmo proporcionar um bem estar emocional. Isso tudo deve constituir objetivo para a educação de todas as crianças, sejam elas com ou sem deficiência. Apesar de esses objetivos educacionais serem para todos, os autistas necessitam de metodologias especiais, já que apresentam fortes comprometimentos nas áreas de comunicação, interação, linguagem e atenção.

É importante salientar que para se educar um/a pessoa com autismo é preciso também promover sua inclusão social e, neste ponto, a escola é, sem dúvidas, o primeiro espaço para que aconteça tal inclusão, sendo possível por meio dela a aquisição de conceitos importantes para o curso da vida. É a escola que deve conduzir o desenvolvimento intelectual e também afetivo dessas crianças, por meio de uma interação entre os ambientes dos quais ela faz parte e a interação com outras crianças e com os professores, fazendo-as conhecer a

realidade existente na sociedade e proporcionando um saber da humanidade e das relações que a cercam.

Para atuar na educação especial é preciso ter forte determinação profissional e formação especializada, sendo essa característica fundamental para desenvolver uma prática educacional adequada e eficaz. As crianças com autismo necessitam de adequações curriculares no campo das metodologias e de elaboração de políticas públicas de educação direcionadas às suas necessidades, de professores/as de fato capazes de atendê-los, realizando na prática a atenção a seus direitos.

Diante dos relatos contidos nas entrevistas, as perspectivas sobre a inclusão do referido aluno, observado dentro do espaço escolar, são as melhores possíveis, pois são evidentes os benefícios proporcionados pelo atendimento recebido. Stainback e Stainback (1999) afirmam que, diante de uma inclusão adequada, mesmo que uma criança apresente deficiências cognitivas importantes e apresente dificuldades em relação aos conteúdos do currículo da educação comum, como pode ser o caso do autismo, ele pode beneficiar-se das experiências sociais, predominantemente propiciadas pela escola.

De acordo com as análises realizadas, constatou-se que desde o ingresso do aluno nessa escola até os dias atuais é possível observar os avanços e progressos conquistados, tanto nas relações expressas no contexto escolar quanto em casa, o que faz com que as perspectivas sobre a inclusão do aluno com autismo na sala comum sejam, de acordo com a mãe e as professoras que o acompanham, cada vez mais amplas, pois acreditam que ele possa enriquecer sua aprendizagem e ser inserido, de fato, na sociedade. Esperamos com este estudo contribuir com informações para discussão no contexto escolar, propiciando mudanças de postura dos gestores, educadores e demais segmentos da escola, responsáveis pela disseminação de informações e orientações à comunidade e outros profissionais que atendam e educam crianças com autismo. Já que ser autista é apenas uma forma de ver e compreender o mundo.

Abstract

This work investigates the school inclusion of a child with Autism Spectrum Disorder (ASD) in the early years. The goal is to analyze the inclusion quality of autistic students in a regular school in the city of Dourados, Mato Grosso do Sul State, in Brazil, from the perspectives of parents and teachers. The research is qualitative, a case study kind, a format which allows a better understanding of school and family reality of the student. Those who participated in this study were the mother of the student with ASD, a teacher's in the of elementary school in

which the child is included and a teacher of multifunctional resource room. The data was collected descriptively from records of semi-structured interviews recorded in audio. The results show that the strategies used by teachers favored the inclusion and development of this student. Barriers to participation and learning have not been identified, neither were any challenges to the inclusion process. The suggestion is to investigate inclusion in a broader sense, considering beyond the student's presence in school, how he/she participates, is accepted, learns and is perceived in the inclusion context.

Keywords: Autistic Spectrum Disorder. School inclusion. Family.

5 REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. **DSM-IV: Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**. 4ª Ed. Rev. Porto Alegre: Artmed, 1994.

BELISÁRIO, J. F. J.; CUNHA, P. A. **Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**: transtornos globais do desenvolvimento. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, v. 9, 2010. (Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar).

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 1990.

_____. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

_____. **Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 31 de Dez.1996.

_____. (2001) Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de Fevereiro de 2001. Brasília: MEC/SEESP.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

_____. **Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtornos do Espectro Autista; e altera o & 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, 2012.

CAMARGO JR, W. (Coord.). **Transtornos invasivos do desenvolvimento: 3º milênio**/Walter Camargo Jr e colaboradores. Brasília: Ministério da Justiça, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência, AMES, AMA, 2002.

DEMO, P. **Metodologia Científica em Ciências Sociais.** 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 1995.

GOVERNO DE MATO GROSSO DO SUL. **Deliberação CEE/MS nº 9367, de 27 de setembro de 2010.** Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade educação especial, no Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul. Mato Grosso do Sul, MS, 2010.

GAUDERER, E. C. **Autismo – Década de 80.** Uma atualização para os que atuam na área: do especialista aos pais, Ed. Almed, 2ª edição, 1987.

GAUDERER, E. C. **Autismo e outros atrasos do desenvolvimento:** guia prático para pais e profissionais. Rio de Janeiro: Revinter; 1997.

GIARDINETTO, A. **Educação do aluno com autismo:** um estudo circunstanciado da experiência escolar inclusiva e as contribuições do currículo funcional natural. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.

GRANDIN, T.; SCARIANO, M. M. **Uma menina estranha: Autobiografia de uma autista.** São Paulo. (2ª Ed.). Cia. das Letras, 1999.

GOMES, C. G. S. **Autismo e ensino de habilidades acadêmicas: adição e subtração.** Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 13, n. 3, p. 345-364, Set./Dez. 2007.

GOMES, C. G. S. **Desempenhos emergentes na aquisição de leitura funcional de crianças com autismo.** 2007. 198 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

LAMPREIA, C. **Avaliações Quantitativas e Qualitativas de um menino autista:** uma análise crítica. Revista Psicologia em Estudo, Maringá, v.8, n.1, p.57-65, jan/jun.2003.

LIRA, S. M. **A escolarização de alunos autistas: histórias de sala de aula.** 2004. 151. f. Dissertação (Mestrado em educação), Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2004.

LOPES-HERRERA, S. A. **Avaliação de estratégias para desenvolver habilidades comunicativas verbais em indivíduos com autismo de alto funcionamento e síndrome de Asperger.** 2004. 197 f. Tese (Doutorado em Educação Especial) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. - **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo, EPU, 1986. 11p.

MARTINS, M. R. R. **Inclusão de alunos autistas no ensino regular: concepções e práticas pedagógicas de professores regentes.** 2007. 163 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Católica de Brasília. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.inclusive.org.br/?p=10164>. Acesso em: 26 abril 2010.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. CID-10. 10^a. Rev. **Classificação de transtornos mentais e de comportamento.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

SANTOS, A. M. T. **Autismo: um desafio na alfabetização e no convívio escolar.** São Paulo: CRDA, 2008.

SUPLINO, M. H. F. O. **Retratos e imagens das vivências inclusivas de dois alunos com autismo em classes regulares.** 2007. 169 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: http://www.eduinclusivapesquerj.pro.br/teses/pdf/suplino_doutorado.pdf. Acesso em: 21 abril 2016.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores.** Tradução Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

VASQUES, C. K.; BAPTISTA, C. R. Educação de sujeitos com transtornos globais de desenvolvimento: traços e circunstâncias. In: BAPTISTA, C. R. (Org.) **Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas.** Porto Alegre: Mediação, 2009.

APENDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE DOURADOS
CURSO DE PEDAGOGIA

Título da pesquisa: Autismo e escola: Perspectivas de pais e professoras sobre a inclusão nos anos iniciais.

Roteiro de Entrevista: Professora Regente

I. DADOS PESSOAIS

1.1. Sexo: Masc. () Fem. ()

1.2. Idade: _____

1.3. Estado civil:

Solteira () Casada () Convivente () Separada () Divorciada () Viúva ()

1.4. Em relação a sua cor você se autodeclara: Branca () Preta () Parda () Amarela ()

1.5. Tem filhos/as: Sim () Não () Quantos (total)? _____.

1.6. Grau de escolaridade: _____ Curso: _____

1.7. Tempo de experiência com crianças com deficiência: _____

II. INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE

2.1. Como professora de um aluno com deficiência/autismo, qual é a sua avaliação sobre a inclusão desse aluno nessa escola, na sua sala de aula e na sala de recursos multifuncional?

2.2. Quais são as suas perspectivas enquanto professora da sala comum, em relação ao desenvolvimento do aluno com autismo? Você acredita que ele possa aprender?

2.3. Como você pensa que os pais poderiam auxiliar no processo de aprendizagem e inclusão desse aluno?

2.4. Você tem críticas ou sugestões ligadas ao trabalho com crianças com deficiência?

a) para a escola

b) para a professora da sala de recursos multifuncionais

c) para a Secretaria Municipal de Educação de Dourados – SEMED



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE DOURADOS
CURSO DE PEDAGOGIA

Título da pesquisa: Autismo e escola: Perspectivas de pais e professoras sobre a inclusão nos anos iniciais.

Roteiro de Entrevista: professora da Sala de Recursos Multifuncionais

I. DADOS PESSOAIS

1.1. Sexo: Masc. () Fem. ()

1.2. Idade: _____

1.3. Estado civil:

Solteira () Casada () Convivente () Separada () Divorciada () Viúva ()

1.4. Em relação a sua cor você se autodeclara: Branca () Preta () Parda () Amarela ()

1.5. Tem filhos/as: Sim () Não () Quantos (total)? _____.

1.6. Grau de escolaridade: _____ Curso: _____

1.7. Tempo de experiência com crianças com deficiência: _____

II. INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE

2.1. Como professora de um aluno com deficiência/autismo, qual é a sua avaliação sobre a inclusão desse aluno nessa escola, na sua sala de aula e na sala de recursos multifuncional?

2.2. Quais são as suas perspectivas enquanto professora da sala de recursos multifuncionais, em relação ao desenvolvimento do aluno com autismo? Você acredita que ele possa aprender?

2.3. Como você pensa que os pais poderiam auxiliar no processo de aprendizagem e inclusão desse aluno?

2.4. Você tem críticas ou sugestões ligadas ao trabalho com crianças com deficiência?

a) para a escola

b) para a professora da sala de recursos multifuncionais

c) para a Secretaria Municipal de Educação de Dourados - SEMED



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE DOURADOS
CURSO DE PEDAGOGIA

Título da pesquisa: Autismo e escola: Perspectivas de pais e professoras sobre a inclusão nos anos iniciais.

Roteiro de Entrevista: Mãe do aluno

I. DADOS PESSOAIS

1.1. Sexo: Masc. () Fem. ()

1.2. Idade: _____

1.3. Estado civil:

Solteira () Casada () Convivente () Separada () Divorciada () Viúva ()

1.4. Em relação a raça você se autodeclara: Branco () Negro () Indígena () Amarelo ()

1.5. Em relação a cor você se autodeclara: Branco () Preto () Pardo () Amarelo ()

1.6. Tem filhos/as: Sim () Não () Quantos (total)? _____ Com deficiência: _____

1.7. Estudou até que série/ano? _____

1.8. Qual a sua profissão? _____

1.9. Trabalha fora? () sim () não Em que? _____

II. INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE

2.1. Você pode contar um pouco sobre a história do seu filho com autismo? Gravidez, nascimento, crescimento e entrada na escola.

2.2. Como mãe de um aluno com deficiência/autismo, de que forma você avalia a inclusão de seu filho na sala de aula comum e no atendimento na sala de recursos?

2.3. Como mãe quais são suas expectativas em relação ao desenvolvimento de seu filho?

2.4. Como você pensa que pode ajudar seu filho e as professoras que o atendem?

2.5. O que você tem para dizer à escola (direção e funcionários) e às professoras que atendem seu filho?

ANEXO A - TERMO DE ESCLARECIDO E LIVRE CONSENTIMENTO, ESCLARECIMENTO SOBRE A PESQUISA, E AUTORIZAÇÃO

TERMO DE ESCLARECIDO E LIVRE CONSENTIMENTO

Você está sendo convidado (a) a participar, voluntariamente, da pesquisa Autismo e escola: Perspectivas de pais e professores sobre a inclusão nos anos iniciais. No caso de concordância em participar da pesquisa, favor assinar este documento ao final.

Sua participação não é obrigatória, e, a qualquer momento poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Em caso de recusa, você não será penalizado (a) de forma alguma.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone dos pesquisadores (as) responsáveis, podendo tirar dúvidas do projeto e de sua participação.

ESCLARECIMENTO SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: **Autismo e escola: Perspectivas de pais e professores sobre a inclusão nos anos iniciais.**

Pesquisadores Responsáveis: Ana Paula Ventura da Silva
Prof.^a Dr.^a Maria José de Jesus Alves Cordeiro

Instituição a que pertence os Pesquisadores Responsáveis: Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS

Curso: Pedagogia- Licenciatura.

Local da Pesquisa: _____.

Nós, Ana Paula Ventura da Silva e Maria José de Jesus Alves Cordeiro, responsáveis pela pesquisa – **Autismo e escola: Perspectivas de pais e professores sobre a inclusão nos anos iniciais** - estamos fazendo um convite para você participar, voluntariamente, deste estudo.

Esta pesquisa pretende investigar quais as perspectivas de pais e professores de um aluno com deficiência/autismo na sala comum e como é a percepção dos mesmos em relação à inclusão nos anos iniciais desse aluno. Para sua realização serão utilizados procedimentos metodológicos, como entrevista individuais, por meio dos quais espera-se que os participantes forneçam informações sobre a inclusão desse aluno, que serão analisadas no transcorrer da pesquisa.

Durante todo o período da pesquisa você tem o direito de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento, bastando para isso entrar em contato, com algum dos pesquisadores. A principal investigadora é a Prof.^a Dra. Maria José de Jesus Alves Cordeiro, que pode ser encontrada no endereço: Unidade Universitária de Dourados - UEMS, curso de Pedagogia, telefone (67) 3902-2681 e (67) 9628 7180, além da acadêmica Ana Paula Ventura da Silva, que pode ser encontrada no endereço: Unidade Universitária de Dourados - UEMS, curso de Pedagogia, telefone (67) 3902-2681 e (67) 9932 8061. As informações desta pesquisa serão confidenciais, e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações

científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação.

AUTORIZAÇÃO

Eu, _____, após a leitura deste termo e ter tido a oportunidade de conversar com os pesquisadores responsáveis, para esclarecer todas as minhas dúvidas, acredito estar suficientemente informado/a, ficando claro para mim que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade e esclarecimentos sempre que desejar. Diante do exposto expresso minha concordância de espontânea vontade em participar deste estudo.

Local e Data _____

Nome e Assinatura do sujeito ou responsável _____

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste/a participante (ou de seu representante legal) para a participação neste estudo.

- Testemunha 01 (não ligada à equipe de pesquisadores)

Nome: _____

RG: _____ Assinatura: _____

- Testemunha 02 (não ligada à equipe de pesquisadores)

Nome: _____

RG: _____ Assinatura: _____

Dourados, ____ de _____ 2016.

Assinatura da pesquisadora responsável

ANEXO B - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**

Título do Projeto: “Autismo e escola: Perspectivas de pais e professores sobre a inclusão nos anos iniciais”

Pesquisadores: Ana Paula Ventura da Silva
Prof.^a Dr.^a Maria José de Jesus Alves Cordeiro

Instituição de Ensino: Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS

Curso: Pedagogia.

Local da Pesquisa: _____.

Nós, abaixo assinadas, nos comprometemos a manter a confidencialidade de todas as informações dos questionados/entrevistados, cujos dados serão obtidos através de questionário/entrevista. Ressaltando, igualmente, que todas as informações serão utilizadas unicamente para a execução da presente pesquisa, podendo as mesmas ser divulgadas somente anonimamente. As informações serão mantidas em arquivo pessoal, por período de aproximadamente 2 (dois) anos e, ultrapassado tal período, os dados serão destruídos.

Dourados, ____ de _____ 2016.

Ana Paula Ventura da Silva
Pesquisadora

Prof.^a Dr.^a Maria José de Jesus Alves Cordeiro
Pesquisadora

ANEXO C - AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL PARA COLETA DE DADOS

AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL PARA COLETA DE DADOS

Ilmo. Sr. Diretora da Escola: _____.

Nós, Ana Paula Ventura da Silva e Maria José de Jesus Alves Cordeiro, pesquisadores responsáveis, pela pesquisa intitulada “Autismo e escola: Perspectivas de pais e professores sobre a inclusão nos anos iniciais”, por meio deste instrumento, solicitamos a Vossa Senhoria autorização para realizar a coleta de dados, junto aos professores de um aluno autista do ensino fundamental desta escola.

Este Trabalho de Conclusão de Curso – TCC pretende investigar quais as perspectivas de pais e professores de um aluno com deficiência/autismo na sala comum e como é a percepção dos mesmos em relação a inclusão nos anos iniciais desse aluno.

Desde já, nos colocamos à disposição para esclarecimentos de qualquer dúvida que possa surgir.

Antecipadamente agradecemos a colaboração.

Dourados, ____ de _____, 2016.

Ana Paula Ventura da Silva
Pesquisadora Responsável

Prof.^a Dr.^a Maria José de Jesus Alves Cordeiro
Pesquisadora Responsável

Autorizo

Não autorizo

____/____/____
